



**ILUSTRÍSSIMA SENHORA PREGOEIRA E  
MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Edital de Licitação de nº 032/2025

**A EMPRESA PLANUS SERVICE LTDA**, CNPJ 03.802.837/0001-42 E INSCRIÇÃO ESTADUAL 90960224-65, SITUADA NA RUA ALCEBÍADES AFONSO GUIMARÃES, 110, JARDIM SÃO VICENTE, CIDADE DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, CEP 83.602-210, POR INTERMÉDIO DO SEU REPRESENTANTE LEGAL, JOÃO MARIA DA SILVA /SÓCIO ADMINISTRADOR, CPF nº 541.243.109-78 / RG nº 4.523.290-5 SSP/SP, comparece respeitosamente perante Vossas Excelências, para tempestivamente apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso Administrativo impetrado pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, a esta empresa no EDITAL N.º 32/2025.

A presente licitação tem por objeto a “à contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Desarmada, de segunda-feira a sexta-feira, com carga horária semanal de 44 horas a serem executados para a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA COCEL, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação.

## **1. SÍNTESE FÁTICA**

A Recorrida é uma empresa séria e, como tal, preparou sua documentação e sua proposta em estrita observância ao que foi solicitado no edital.

Entretanto, a empresa Recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame apresenta recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista que desconsidera os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios.

Querem a vitória no “tapetão” do formalismo, e não na seria condições que o pregão nos dá em sua interpretação legal.

A decisão recorrida é CONTRÁRIA ao interesse público, pois desproporcional e ilegal e segundo o professor Marçal Justem Filho:

“O princípio da proporcionalidade restringe o exercício das competências públicas, proibindo o excesso. A medida do limite é a salvaguarda dos interesses públicos e privados em jogo. Incube ao estado adotar a medida menos danosa possível, através da compatibilização entre os interesses sacrificados e aqueles que se pretende proteger. Os princípios da proporcionalidade e razoabilidade acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância de defeitos.” (In: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 5ª edição - São Paulo - Dialética, 1998.) (grifo nosso)

E, sobre o que será tratado, cremos que o ensinamento à seguir é o que resume nosso pensamento:

"Licitação não é campeonato de perfeição em entrega de papelada ou competição pelo maior número de certidões ou atestados; não é fiscalização de arrecadação de tributos e, também, não é o procedimento de poder de polícia do trabalho. Licitação, frise-se, tem como objetivo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observadas as normas constitucionais e legais, processando-se dentro de determinados princípios." (Marçal Justen Filho. 1997) .

A Empresa Planus Service LTDA, apresentou sua documentação e sua proposta conforme determina o EDITAL n.º 032/2025, seus anexos e também conforme as normas do CADERNO TÉCNICO DESENVOLVIDO PELO MINISTÉRIO DA ECONOMIA SEGES – Limpeza – Paraná.

Em nenhum momento deixou de apresentar algum documento desde credenciamento, habilitação e também não deixou de cotar nenhum dos encargos, trabalhista, previdenciário obrigatórios.

- **DOS VALORES E PLANILHA DE CUSTO**

O recurso questiona a DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA PLANUS SERVICE LTDA E AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE



EXEQUIBILIDADE, alegando que licitante procedeu a alterações significativas na planilha de custos, ajustando valores unitários e percentuais previamente informados, apenas para fechar o valor global ao lance final ofertado, sem qualquer justificativa técnica ou respaldo documental.

A planilha de custos apresentada pela PLANUS, foi elaborada com base em valores realistas para a prestação dos serviços requeridos, incluindo todos os benefícios e percentuais exigidos pela legislação e pela convenção coletiva vigente na data da licitação. Esses detalhes podem ser verificados nas planilhas fornecidas.

Entre as inconsistências constatadas, destacam-se:

**a) Vale transporte**

**Verificou-se que existem dois valores hoje de vale transporte dentro do município de Campo Largo, Transportes Piedade R\$ 5,80 (carga em cartão) e Empresa Campo Largo (Metro card.) R\$ 5,50 (carga em cartão), assim a empresa somando os dois valores e dividindo por dois, chega ao valor da passagem de R\$ 5,65, pois não sabemos de qual região os colaboradores serão contratados;**

**b) Cobertura de férias;**

**O percentual apresentado tem o seguinte cálculo “calcula 1 (um) mês de férias / dividido por 12 meses trabalhados, multiplicado por \* 100% dos seus vencimentos sem prejuízo= 8,33% - afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O**



## **PLANUS SERVICE TERCEIRIZAÇÃO**

**pagamento ocorre conforme preceitua o art. 129 e o inc. I art. 130, CLT; e art. 7º, inciso XVII, CF**

b) Uniformes/EPI;

**A empresa conta com a compra em quantidade relevante dos uniformes, contendo um estoque e com isso conseguindo um preço acessível no mercado, assim conseguimos manter os uniformes com um custo bem menor do que praticado hoje no mercado;**

e) CSLL e IRPJ;

Acórdão de nº 950/07 do TCU, que extingue a cotação do IRPJ e CSLL das planilhas de composição de preços em licitações, então se torna irregular a inclusão nas planilhas de composição de preços de valores relativos ao imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL-4,80% e IRPJ-2,88%).

Além disso, o item 15.12 A eventual incorreção na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e, superada posteriormente, desde que sem alteração do preço global, não impede a habilitação, conforme prevê o art. 55 §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, o qual prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo e na forma do item 15.11.

### **• DA HABILITAÇÃO**

**III.2 DA INABILITAÇÃO - ATIVIDADE INCOMPATÍVEL E ATESTADO INVÁLIDO**



## **PLANUS SERVICE TERCEIRIZAÇÃO**

a) Simples Nacional; e atividade;

Edital é bem claro e os esclarecimentos também, que a empresa não poderá confeccionar suas planilhas e proposta no simples nacional e que após assinatura do contrato deverá pedir exclusão, não menciona que as empresas optantes do simples nacional não participem do certame.

Quanto a atividade a empresa Planus Service LTDA, demonstra com seus atestados que presta serviços de gestão de mão de obras, que tem experiência na prestação de serviços.

c) - Atestado de capacidade técnico-operacional

Mais uma vez no intuito de tumultuar o certame a empresa Orbenk, vem trazer uma discussão sobre o atestado, o qual já ficou claro na seção e está na ATA, também consta no edital de licitação a menção sobre o mesmo.

"13.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

I - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado, que comprove experiência da proponente na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, acompanhado da cópia do contrato que deu suporte à contratação.

II - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se

decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, **EXCETO SE FIRMADO PARA SER EXECUTADO EM PRAZO INFERIOR.**"



## PLANUS SERVICE TERCEIRIZAÇÃO

Nesse sentido ensinamento de Hely Lopes Meirelles, em Direito Administrativo Brasileiro, p. 261-262, 27ª ed., São Paulo, Malheiros, 2002, *in verbis*:

Procedimento formal, entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas, desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes.

Ainda a jurisprudência:

Esta tem sido a orientação da jurisprudência, citando-se, por exemplo, com a ementa que segue: ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. EXIGÊNCIA EXCESSIVA. (...) 3. O procedimento licitatório há de ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, tudo a possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa. 4. Não deve ser afastado candidato do certame licitatório, por meros detalhes formais. No particular, o ato administrativo deve ser vinculado ao princípio da razoabilidade, afastando-se de produzir efeitos sem caráter substancial. 5. Segurança concedida. Mandado de Segurança nº 5631-DF, 1ª Seção do STJ, Relator o Ministro José Delgado, publicado no DJU nº 156, p. 07 de 17/08/98.

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. HABILITAÇÃO. CAPACITAÇÃO TÉCNICA. DOCUMENTO NOVO. NULIDADE DO CERTAME. INOCORRÊNCIA. 1. A realização de diligências pela Comissão de Licitação para esclarecimento de documentos constantes nas propostas



## PLANUS SERVICE TERCEIRIZAÇÃO

de habilitação não viola o artigo 43, §3º, da Lei 8.666/93. Precedente do STJ. Hipótese em que a Comissão de Licitação requereu complementação de informações em atestado de capacitação técnica para a realização do serviço objeto da licitação. 2. A licitação consiste em processo administrativo que visa à escolha do futuro contratante que apresente a melhor proposta. Não se constitui em corrida de obstáculos cujo vencedor é o participante mais veloz. Acima do interesse privado dos participantes em perseguido pela Administração Pública. Daí que há de ser assegurado tanto quanto possível a maior competitividade do certame. Neste quadro, a exclusão de licitante sob alegada irregularidade formal é medida que põe o interesse privado dos demais licitantes acima do interesse público. Recurso desprovido. (Apelação e Reexame Necessário Nº 70012083838, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 28/07/2005)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONISTAS. EXCESSO DE FORMALISMO E PRESCINDIBILIDADE DA EXIGÊNCIA RELATIVA À APRESENTAÇÃO DE PLANILHA SIMPLES DE IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E À QUANTIDADE DE CARGA HORÁRIA DIÁRIA DOS MESMOS QUE NÃO FORAM DESDE LOGO DEMONSTRADOS. SUSPENSÃO DO CERTAME QUE NÃO SE JUSTIFICA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INDEFERIDA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO HOSTILIZADA QUE NÃO IMPLICA À PARTE LESÃO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. APLICAÇÃO DO ARTIGO 527, II, DO CPC, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 11.187, DE 19 DE OUTUBRO DE 2005. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONVERTIDO EM AGRAVO RETIDO.





## PLANUS SERVICE TERCEIRIZAÇÃO

(Agravado de Instrumento N° 70026428680, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Arno Werlang, Julgado em 16/09/2008)

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. DESQUALIFICAÇÃO. PERDA DO OBJETO. DESPESAS PROCESSUAIS. FORMALIDADE ESSENCIAL. IRREGULARIDADE. UTILIDADE. COMPETITIVIDADE. 1. CONQUANTO JULGADO PREJUDICADA A IMPETRAÇÃO PELA PERDA DO OBJETO, AO EFEITO DO ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA, CUMPRE EXAMINAR SE A AUTORIDADE COATORA DEU CAUSA, INJUSTAMENTE, A DEMANDA. 2. AO EFEITO DA DESQUALIFICAÇÃO DE LICITANTES PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO EDITAL, É INDISPENSÁVEL DISTINGUIR ENTRE FORMALIDADE ESSENCIAL DE SIMPLES IRREGULARIDADE. 3. COMPROVADO, MEDIANTE DOCUMENTO PÚBLICO, QUE PROFISSIONAL HABILITADO CONTRATADO PELO LICITANTE VISITOU O IMÓVEL A SER RESTAURADO, O DESCUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DO EDITAL DE QUE FOSSE ESTE PREVIAMENTE VISADO PELA ASSESSORIA DE LICITAÇÕES CONFIGURA MERA IRREGULARIDADE, INCAPAZ DE AMPARAR SUA EXCLUSÃO DO CERTAME. AS FORMALIDADES DO EDITAL DEVEM SER EXAMINADAS À LUZ DA SUA UTILIDADE E FINALIDADE, BEM COMO DO PRINCÍPIO DA COMPETITIVIDADE QUE DOMINA TODO O PROCEDIMENTO. PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CUSTAS PELO ESTADO. (Reexame Necessário N° 599333663, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relatora: Des.<sup>a</sup> Maria Isabel de Azevedo Souza, Julgado em 27/10/1999)

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. 1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de



## **PLANUS SERVICE TERCEIRIZAÇÃO**

concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta. 2. O ato coator foi desproporcional e desarrazoado, mormente tendo em conta que não houve falta de assinatura, pura e simples, mas assinaturas e rubricas fora do local preestabelecido, o que não é suficiente para invalidar a proposta, evidenciando claro excesso de formalismo. Precedentes. 3. Segurança concedida. MS 5869 / DF; MANDADO DE SEGURANÇAR e latora Ministra LAURITA VAZ Órgão Julgador PRIMEIRA SEÇÃO Data da Publicação/Fonte DJ 07.10.2002 p. 163

### **DO PEDIDO**

Face ao exposto a empresa PLANUS SERVICE LTDA., requer, respeitosamente, que sejam o recurso impetrado julgado totalmente improcedente, e mantendo a empresa habilitada com sua Proposta de Preço dando-se sequência aos demais atos do processo licitatório do EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 032/2025

Nestes Termos, Pede deferimento.

Balsa Nova, PR, 01 de Setembro de 2025

PLANUS SERVICE LTDA CNPJ/MF: 03.802.837/0001-42

JOÃO MARIA DA SILVA /SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF nº 541.243.109-78 / RG nº 4.523.290-5 SSP/SP